



MEMÓRIA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Data: 24 de junho de 2019

Horário: 16h00

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF

1 - ABERTURA

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, José Roberto Bueno Junior, dando início aos trabalhos discorreu sobre os assuntos da pauta, passando, em seguida, a palavra ao Presidente do CNPE, Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que cumprimentou as autoridades presentes e fez um breve relato sobre as propostas de resoluções a serem deliberadas no Conselho.

Informou que a proposta de resolução que “Estabelece diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural” é um marco para tornar o preço do gás competitivo no Brasil, de modo a incentivar a retomada da atividade industrial em diversos setores, atraindo investimentos, com geração de emprego e renda, possibilitando o surgimento de um ciclo virtuoso para a economia nacional.

Finalizando, ressaltou que a proposta de resolução que “Define as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis”, confirma o reconhecimento do papel estratégico dos biocombustíveis na matriz energética brasileira e de sua importância para viabilizar uma oferta de energia cada vez mais sustentável, competitiva e segura.

Em seguida passou a palavra ao Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, que ressaltou a importância dos temas a serem deliberados pelo Conselho, salientando que o Brasil precisa desse choque de energia barata e que temos a oportunidade para transformar esses recursos oriundos do petróleo em capital humano, dando mais educação e saúde ao povo brasileiro.

2 – MATÉRIA PARA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO

O Secretário-Executivo do CNPE, de acordo com os termos regimentais, passou a palavra ao Diretor do Departamento de Biocombustíveis da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Miguel Ivan Lacerda, que apresentou proposta de resolução que “Define as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis”.

Iniciou a apresentação fazendo um relato sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), parte integrante da política energética nacional, destacando que a definição das metas nacionais de redução de emissão de gases causadores do efeito estufa na matriz de combustíveis é sempre acompanhada pelo CNPE e consideram: a transição energética em harmonia com o setor de petróleo e gás natural; a valorização dos recursos energéticos nacionais; a disponibilidade da oferta de biocombustíveis e a evolução da demanda; a neutralidade do efeito nos preços de combustíveis; e a consistência com as metas estabelecidas no primeiro ciclo (2019/2028).

Segundo o Diretor, Miguel Ivan, as metas, ora propostas ao CNPE, traz uma redução de 10,2% da intensidade média de carbono da matriz de combustíveis e uma redução acumulada de 686 milhões/tonCO₂, o que equivale a mais de um ano de emissões totais da França.

Finalizando, informou que ao definir as metas de descarbonização, o país sinaliza que irá perseguir um caminho cada vez mais sustentável em sua matriz de combustíveis ao proporcionar menor emissão de gases de efeito estufa por unidade de energia, aumentando assim a diversificação da matriz de combustíveis.

Na sequência, o Secretário-Executivo do CNPE concedeu a palavra aos Conselheiros para apresentação de contribuições, passando, em seguida, à leitura da proposta de resolução.

Ato contínuo, os membros do Conselho manifestaram aprovação unânime da resolução proposta, em conformidade com os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018.

Dando prosseguimento, o Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra ao Secretário-Executivo Adjunto do Ministério de Minas e Energia, Bruno Eustáquio Ferreira Castro de Carvalho, que apresentou proposta de resolução que “Estabelece diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural”.

Iniciou a apresentação informando que a proposta da resolução do novo mercado de gás contou com a participação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, do Ministério da Economia – ME e do Ministério de Minas e Energia – MME.

O Secretário Especial do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, compartilhando da apresentação da proposta do novo mercado de gás, destacou a importância de três pontos conceituais: visão integrada; visão de mercado concorrencial (superposição de monopólios); e a questão fiscal como mecanismo distintivo para mudança regulatória do setor de gás.

Dando continuidade, o Secretário-Executivo Adjunto, Bruno Eustáquio, fez um diagnóstico do mercado de gás, apontando três barreiras a serem vencidas: tributação; acesso às infraestruturas; e os monopólios exercidos pela Petrobras na oferta.

Destacou que a Petrobras é responsável por 77% da produção nacional, 100% da importação, consome 40% da oferta total de gás, bem como repõe por 100% da oferta na malha integrada, sendo, ainda, sócia de 20 das 27 distribuidoras de gás existentes no País.

Segundo o Secretário-Executivo Adjunto, as medidas propostas para o novo desenho do mercado de gás objetivam intensificar a desverticalização em toda a cadeia de gás natural, criando condições para o acesso a todas as infraestruturas essenciais do setor, como os dutos de escoamento, as unidades de processamento e os terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL); o aperfeiçoamento para o sistema de transporte; estímulo à competição; e por fim, proporcionando a abertura do mercado e a promoção da concorrência.

Informou ainda, que o governo federal incentivará os Estados e o Distrito Federal, a voluntariamente, por meio de seus programas de transferências de recursos e de ajuste fiscal, modernizar a regulação dos serviços de gás canalizado, de modo a: aperfeiçoar a instituição do consumidor livre; adotar práticas que incentivem a eficiência operacional; promover a efetiva separação entre as atividades de comercialização e de prestação de serviços de rede; e, fortalecer as agências reguladoras.

Finalizando, ressaltou que a proposta de resolução representa um marco histórico no setor de gás natural do Brasil onde a transição para um mercado concorrencial passa por mudanças estruturais e comportamentais da atuação do agente dominante (Petrobras), tendo, os estados um papel central na concretização desse novo modelo.

Na sequência, o Secretário-Executivo do CNPE fez a leitura da proposta de resolução e concedeu a palavra aos Conselheiros para apresentação de contribuições.

Após os debates sobre a proposta, os membros do Conselho foram unânimes em ressaltar a importância do tema para a sociedade brasileira, destacando que o País precisa de soluções, como a que se apresenta, para atrair novos empreendedores a investir no mercado de gás brasileiro.

Ato contínuo, os membros do Conselho aprovaram, por unanimidade, a resolução proposta, em conformidade com os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018,

3 - ASSUNTOS GERAIS

O Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Junior, deu conhecimento aos Conselheiros, fazendo a leitura da Resolução aprovada “ad referendum” do Conselho: - Resolução nº 13, de 11 de junho de 2019, que altera a Resolução CNPE nº 2, de 28 de fevereiro de 2019, que estabelece diretrizes para a realização da Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção para os volumes excedentes aos contratados no regime de cessão onerosa.

Em seguida, colocou para apreciação e votação dos Conselheiros a proposta de resolução que aprova o Regimento Interno do CNPE, ressaltando que foram contempladas no texto final as contribuições recebidas na Secretaria-Executiva do CNPE. Ato contínuo, os membros do Conselho aprovaram, por unanimidade, a resolução proposta.

Na sequência, passou a palavra ao Presidente do Conselho, Ministro Bento Albuquerque, para suas considerações finais.

O Presidente do CNPE agradeceu a presença de todos os membros do Conselho e demais participantes e destacou o desempenho harmonioso do Colegiado no cumprindo de suas atribuições nesse momento histórico para o País.

Com essas considerações, a reunião foi encerrada pelo Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Junior, com registro do agradecimento a todos os presentes.